



MUNICÍPIO DE SINES

Câmara Municipal
Serviço de Aquisições e Gestão de Contratos

Ex.^{ma}/a Senhor(a)

Dora Isabel Pereira Freire

Av. D. Pedro I - Bloco B 2º Dtº

7520-100 SINES

116097832

Digital

Noss referência
Ofício n.º 5810 / 2016

Sua comunicação de

Processo
Procº
2016/300.10.005/224

DATA
12-08-16

**ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE INTENÇÃO DE ADJUDICAÇÃO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE TAREFA PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO
PROCEDIMENTO N.º 916/ADRG/2016**

Excelentíssima Senhora:

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, informa-se V. Exas. que é intenção adjudicar a essa empresa a aquisição dos serviços mencionada em epígrafe, pelo valor de **€ 9.740,04 (nove mil setecentos e quarenta euros e quatro cêntimos)**, isento de IVA e sem retenção de IRS (25%).

Assim, de acordo com o estabelecido no n.º 1 art.º 81.º do CCP, no prazo de 5 dias úteis deverá ser remetida Declaração Anexo II do CCP, bem como os documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e), i) do art.º 55.º do referido diploma legal, respetivamente:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas

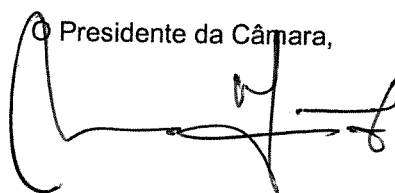


MUNICÍPIO DE SINES

alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

A adjudicação caduca se os documentos de habilitação não forem apresentados dentro do prazo supra citado e se os mesmos não forem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara,


Nuno José Gonçalves Mascarenhas

sandra